



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, à revista Nordeste**

Publicada em 05 de abril de 2007

Jornalista: Que importância o Nordeste tem na sua trajetória política, além da referência de nascimento? Vale mesmo a expressão de que “antes de tudo o sertanejo é um forte”?

Presidente: O Nordeste é meu ponto de partida e de chegada na política. Quando penso naquele dia, em dezembro de 1952, quando minha mãe, meus irmãos e eu pegamos o pau-de-arara em Pernambuco e viajamos 13 dias – debaixo de sol e chuva, comendo farinha com rapadura – até chegar em Vicente de Carvalho, no Guarujá, ainda me surpreendo com os caminhos que Deus escolheu para mim. O sertanejo, sem dúvida, é um forte. Enfrenta com dignidade as dificuldades econômicas, a seca, as más condições de vida e só abandona a sua terra quando não tem outra alternativa. Tenho a plena consciência de que, se hoje sou Presidente da República, não o fui por méritos pessoais, mas porque sou uma expressão da classe trabalhadora deste País. Em especial, a nordestina.

Jornalista: O senhor é um nordestino de nascença, mas um paulista de formação. Nesta eleição, apesar da distância, os nordestinos votaram no Lula com orgulho de estarem elegendo um nordestino. O que o senhor pretende fazer pelo Nordeste nesse segundo mandato, portanto, como será tratada a região?

Presidente: Todos sabem da atenção especial que meu governo dedica ao Nordeste. Esse tratamento não se deve apenas ao fato de eu ter nascido na



região e ser especialmente sensível ao sofrimento do povo nordestino, mas da visão estratégica que temos do País. Acredito firmemente que para o Brasil se tornar uma nação desenvolvida e justa, é preciso que o governo atue na redução das desigualdades regionais, em busca de um desenvolvimento mais homogêneo do País. Foi o que fizemos no primeiro mandato. Tanto que uma pesquisa do instituto Ipsos, divulgada há algumas semanas, revelou que, de 2005 para 2006, 8 milhões de brasileiros – a maior parte deles, nordestinos – deixaram de ser enquadrados na categoria “baixa renda”. A pesquisa também mostra que, no mesmo período, a intenção de ter computador em casa mais do que dobrou no Nordeste, indo de 7% para 15%, e que o interesse em adquirir casa própria passou de 6% para 10%. Isso prova que, se você dá condições ao povo nordestino, ele vai à luta e busca melhorar de vida.

Jornalista: Em seu primeiro mandato, a sua estratégia ao assumir o governo foi recuperar a credibilidade externa, além de superar turbulência interna por conta de denúncias envolvendo parlamentares e membros do governo. Agora, o senhor lança um plano de desenvolvimento econômico. Onde pretende chegar com um projeto ambicioso do porte do PAC?

Presidente: O PAC aponta justamente na direção de um desenvolvimento integrado do País. É por isso que privilegiamos obras de transporte que articulam os modais já existentes, facilitando o escoamento da produção nacional. Apenas para a região Nordeste, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 80,4 bilhões em logística, energia e infra-estrutura social e urbana. Isso sem contar as obras de abrangência nacional, que beneficiam mais de uma região. Na área de transporte, por exemplo, estão previstas a duplicação da rodovia BR-101, de Natal a Salvador, e a construção da ferrovia Nova Transnordestina. Na área de energia, vamos construir, entre outras, as usinas termelétricas do Vale do Açu e de Pecém II, além do terminal de regaseificação de gás natural em Fortaleza. Serão destinados R\$ 11,8 bilhões



para a infra-estrutura hídrica, em projetos de abastecimento de água, irrigação e revitalização de bacias do São Francisco e Parnaíba. E mais R\$ 3,12 bilhões na expansão e recuperação dos metrô urbanos de Fortaleza, Salvador e Recife. Apenas no Nordeste, outros R\$ 9,6 bilhões serão investidos em obras de saneamento e R\$ 16,2 bilhões na habitação. Sem falar na BR-230, na Paraíba, melhorias nos aeroportos de João Pessoa, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador, e na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. São, ao todo, R\$ 503,9 bilhões de reais em investimentos públicos e privados, injetados na veia da economia em todo o País.

Jornalista: Diante dos novos planos, perguntamos: finalmente o senhor se considera mais próximo de Getúlio ou de Juscelino? Como e por quê?

Presidente: Tanto Getúlio Vargas quanto Juscelino Kubitschek garantiram avanços sociais e econômicos muito importantes para o País. Getúlio nos deu uma enorme contribuição com as leis trabalhistas e a instalação da indústria de base no País. Juscelino impulsionou o desenvolvimento econômico e legou a construção de Brasília. Soaria pretensioso de minha parte me colocar como um continuador de qualquer um deles. Prefiro deixar que meu governo seja julgado pela História.

Jornalista: O senhor completou um mandato e agora vive nova etapa. O que mudou no Brasil e principalmente na sua cabeça depois de quatro anos no Palácio do Planalto?

Presidente: Eu sempre digo que, antes de se construir uma casa, é preciso firmar seus alicerces. Acho que o grande feito do nosso primeiro governo foi criar as condições macroeconômicas necessárias ao projeto de desenvolvimento sustentável de longo prazo que começamos agora. Criamos as condições para esse desenvolvimento e já o fizemos reduzindo a



desigualdade. É preciso lembrar que, quando assumi o governo, em 2003, o País estava na UTI: inflação alta corroendo o poder de compra da população, grande vulnerabilidade externa, desequilíbrio estrutural das contas do governo e endividamento público elevado. Em quatro anos, tiramos o país da estagnação, dobramos as exportações, geramos seis milhões de empregos formais, pagamos a dívida com o FMI e implementamos um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, o Bolsa-Família. É o que explica os números da PNAD e de outros institutos de pesquisa: nos últimos quatro anos, 4 milhões de brasileiros saíram da linha da miséria, outros 7 milhões migraram das classes D e E para a C, e a pobreza como um todo diminuiu 19% em todo o País. Nesse período, aprendi que em política a gente nem sempre realiza tudo o que deseja, mas que é possível fazer muita coisa – especialmente para a população mais pobre do País.

Jornalista: Os governadores têm pedido a inclusão de todos os tributos e contribuições federais na base de cálculo dos Fundos Constitucionais FPE, FPM e Fundos Especiais como forma de desafogar as finanças. Tal solicitação será atendida?

Presidente: Alterações na base de cálculo dos Fundos Constitucionais FPE, FPM e Fundos Especiais só fazem sentido no âmbito da discussão da reforma tributária. Vale lembrar que, ainda em abril de 2003, fui pessoalmente ao Congresso Nacional, junto com 27 governadores, para levar uma proposta. A parte federal da reforma foi votada, mas a estadual, não. O governo federal já propôs a concessão de 1% a mais do Fundo de Participação dos Municípios. Estou confiante de que a atual legislatura fará a reforma, que trará muitos benefícios ao País, como a redução do número de alíquotas do ICMS de 27 para 5.



Jornalista: No seu entendimento, como o senhor pretende renegociar as dívidas dos Estados? O que alguns estados vêm solicitando é a possibilidade de uma solução de suas dívidas via mercado, ou seja, por meio de refinanciamento com juros mais baixos pelo sistema financeiro. É sempre uma possibilidade a ser estudada, desde que não fira a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Jornalista: A taxa dos juros se mantém como tema polêmico, inclusive no seu partido. Qual é a orientação que o sr dará para os próximos anos?

Presidente: Os juros estão caindo de maneira constante desde setembro de 2005, em todas as reuniões do Copom. A taxa Selic, hoje, já é a menor das últimas décadas. E isso em um cenário de inflação decrescente, o que indica a possibilidade de cortes ainda maiores no futuro. O Brasil pode e vai crescer mais. Mas não à custa de inflação, que corrói o poder de compra justamente da população mais pobre. Eu sempre digo: não existe mágica em economia. Vamos tratar com prudência e responsabilidade as conquistas que fizemos e que são de toda a sociedade brasileira.

Jornalista: O senhor lançou o programa Fome Zero afirmando que ele não seria um programa assistencialista. No seu segundo mandato, o Bolsa-Família recebe crítica da Igreja justamente por ser um programa de caráter assistencialista. Haverá mudanças no programa?

Presidente: As manifestações que temos recebido tanto da CNBB quanto de outros setores da Igreja são de apoio e não de crítica ao Bolsa-Família. O que se discute é a necessidade de mais medidas para diminuir a enorme desigualdade social do Brasil. O governo tem buscado atuar em várias frentes: na geração de emprego e de renda, na inclusão de jovens carentes nas universidades por meio do ProUni, na melhoria da educação básica



representada pelo Fundeb, na reforma agrária e no estímulo à agricultura familiar. O Bolsa-Família tem sido aperfeiçoado a cada ano, por meio de controle dos cadastros e das contrapartidas dos beneficiários. Transformou-se em uma daquelas conquistas da sociedade brasileira que nem a oposição se dispõe a atacar. Agora, vamos dar escala às políticas de criação de alternativas de emancipação para essas famílias, especialmente no que se refere à educação e à geração de trabalho e renda.

Jornalista: Que outras novas propostas podem estar em curso na área social?

Presidente: O lema da minha campanha em 2006 foi “desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade”. Além do PAC, que vai impulsionar o investimento e a geração de empregos no País, o governo implementará projetos nas áreas de educação e segurança pública. Fizemos avanços importantes, como a inauguração de 4 novas universidades e de 48 extensões universitárias no País e a ampliação em 25% do orçamento das federais – que passou de R\$ 7,2 bilhões para R\$ 9 bilhões. Além disso, o ProUni disponibilizou 250 mil bolsas para jovens carentes estudarem nas faculdades privadas. A aprovação do Fundeb vai destinar, por ano, mais R\$ 4,3 bilhões à educação de nossas crianças. E, mais recentemente, o ministro Fernando Haddad apresentou um plano consistente para estimular a melhoria da qualidade de nosso ensino público. O governo também está preparando uma série de medidas para atuar no combate à violência e à criminalidade, em parceria com os governadores dos estados.

Jornalista: Como o governo pretende alcançar a meta não atingida de criar 10 milhões de novos postos de trabalho em quatro anos?

Presidente: No primeiro mandato, segundo dados da RAIS e do CAGED, foram criados 6 milhões de empregos com carteira assinada no País. Segundo



a estimativa do Ministério do Trabalho, somados aos informais, o total de postos gerados ultrapassa os 8 milhões. É uma marca excepcional, mas sabemos que não é o suficiente. O conjunto de obras previsto no PAC significa milhares de empregos diretos e indiretos e vai acelerar esse processo. Além disso, os investimentos públicos e privados do PAC aumentarão a circulação de recursos na economia, dinamizando o comércio e os serviços. O Brasil vai entrar num círculo virtuoso de desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda.